

*Usos e conflitos na APA do Pouso Alto
(GO): uma abordagem sobre a percepção
dos atores locais de Colinas do Sul e
Cavalcante*

*Uses and conflict in the APA do Pouso Alto (GO): an
approach about the perception of local actors of the Colinas
do Sul and Cavalcante*

*Usos y conflictos en la APA do Pouso Alto (GO): un enfoque
sobre la percepción de los actores locales de Colinas do Sul y
Cavalcante*

Lara Cristine Gomes Ferreira
Universidade Federal de Goiás
laracristineufg@yahoo.com.br

Maria Geralda de Almeida
Universidade Federal de Goiás
mgdealmeida@gmail.com

Resumo

A Área de Proteção Ambiental – APA do Pouso Alto, criada no ano de 2001 no nordeste de Goiás, inserida na categoria de Unidade de Uso Sustentável, tem como objetivo principal a preservação dos recursos naturais aliada ao uso sustentável da área. Contudo, mesmo sendo a APA de suma importância em uma região que apresenta a maior área de Cerrado preservado em Goiás e com riquíssima biodiversidade, a criação e implantação dela passou e passa por grandes conflitos de interesses por parte dos diferentes atores sociais envolvidos. Observou-se então, a construção de uma percepção negativa da APA, por parte, sobretudo dos fazendeiros da região e de algumas lideranças dos municípios envolvidos e até mesmo dos moradores, o que acaba por gerar uma insatisfação em relação à APA do Pouso Alto. Esses conflitos convergiram para a paralização da confecção do plano de manejo, por meio de ações populares abertas pelos fazendeiros, o que é muito negativo, pois o plano de manejo é fundamental para o ordenamento territorial. Pôde-se observar que há variados interesses na implementação da APA e que se faz muito importante a construção de um diálogo por parte do poder público com os demais, na busca de

construir a consciência da importância da preservação e manutenção da biodiversidade local/regional.

Palavras-Chave: APA do Pouso Alto - GO, biodiversidade, usos e conflitos, percepção sobre a APA.

Abstract

The APA (Environmental Protection Area, the acronym in Portuguese) of Pouso Alto, created in 2001 in northeastern of the state of Goiás, included in the category of Sustainable Use Unit, has as main purpose the preservation of natural resources coupled with the sustainable use of the area. However, even though the APA of paramount importance in a region with the largest preserved area of Cerrado in Goiás very rich biodiversity, the creation and deployment of it passed and has major conflicts of interests by different social actors involved. There was then the construction of a negative perception of the APA, by especially the farmers of the region and some leaders of the municipalities involved and even the residents, which ultimately generates a dissatisfaction with the APA of Pouso Alto. These conflicts have converged to the halting of construction of the management plan through open class actions by farmers, which is very negative, because the management plan is critical to spatial planning. It might be noted that there are various interests in the implementation of the APA and that makes it very important to build a dialogue by the government with others, seeking to build awareness of the importance of preserving biodiversity and local / regional level.

Keywords: APA of Pouso Alto, biodiversity, uses and conflicts, perception of the APA

Resumen

El Área de Protección Ambiental - APA del Pouso Alto, creada en 2001 en el noreste de Goiás, incluidos en la categoría de la Unidad de Uso Sostenible, tiene como finalidad principal la preservación de los recursos naturales junto con el uso sostenible de la zona. Sin embargo, a pesar de la APA de suma importancia en una región con la mayor área preservada del Cerrado en Goiás y una rica biodiversidad, la creación y despliegue de su paso y tiene grandes conflictos de intereses de los diferentes actores sociales involucrados. Luego observó la construcción de una percepción negativa de la APA, por sobre todo a los agricultores de la región y algunos dirigentes de los municipios implicados e incluso los residentes, que en última instancia genera una insatisfacción con la APA do Pouso Alto. Estos conflictos han convergido a la paralización de la construcción del plan de manejo a través de acciones abiertos por los agricultores, lo cual es muy negativo, ya que el plan de gestión es fundamental para la ordenación del territorio. Cabe señalar que hay diversos intereses en la aplicación de la APA y que hace que sea muy importante para construir un diálogo por el gobierno con los demás, tratando de crear conciencia sobre la importancia de la conservación de la biodiversidad y el nivel local / regional.

Palabras clave: APA do Pouso Alto - GO, biodiversidad, usos y conflictos, percepción de la APA.

Introdução

O estado de Goiás vem apresentando nas últimas décadas, uma intensa apropriação do espaço pelo uso das terras a partir, principalmente, da expansão do agronegócio, sobretudo, relacionada à agricultura moderna e a

biotecnologia, que aliada ao melhoramento genético apresenta uma agricultura de precisão.

Monoculturas como a soja e, mais recentemente, a cana-de-açúcar necessitam de extensas áreas para seu cultivo. No caso da última, cultura em plena expansão em Goiás, além das lavouras, a construção de empreendimentos para o seu beneficiamento, em álcool e açúcar, também se encontram em expansão; já são 38 usinas sucroalcooleiras implantadas e em funcionamento em Goiás.

Essa abordagem é relevante, pois uma das principais causas de perda da biodiversidade do Cerrado em Goiás se deu, e ainda é realidade, pela expansão da fronteira agrícola por meio das monoculturas. No entanto, observa-se que o estado de Goiás ainda apresenta uma região com percentual relevante de Cerrado preservado; nesta área a dinâmica do agronegócio ainda não conseguiu ser dominante, contudo é uma região que já vem sofrendo pressões, por parte de agricultores e, sobretudo, de fazendeiros que buscam sua ocupação, mesmo sendo essa região de características singulares na biodiversidade goiana e cerradeira.

Destaca-se que essa região apresenta rica biodiversidade e morfologias exuberantes que proporcionam formas de desenvolvimento sustentável, como o ecoturismo, já bastante praticado na região. Ressalta-se também a Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto – APA do Pouso Alto, e dentro desta várias reservas ambientais, além da presença do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, localizado dentro da APA do Pouso Alto, reconhecido no ano de 2001 como Patrimônio Natural Mundial pela UNESCO e ainda a presença de comunidades de remanescentes de Quilombolas Kalunga e de parte da terra indígena dos Avá Canoeiros.

Este artigo tem como área de estudo o nordeste goiano, mais precisamente a APA do Pouso Alto, que compreende parte dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Alto Paraíso, São João d'Aliança, Nova Roma e Colinas do Sul. Esta Área de Proteção Ambiental foi criada no ano de 2001 com o intuito de preservar a biodiversidade local, mas como mencionado, vem gradativamente sendo ocupada e já apresenta conflitos relacionados aos interesses de diferentes atores sociais com o uso da terra.

Desta forma, o presente artigo buscou estudar a APA do Pouso Alto, uma recente Área de Proteção Ambiental dessa região, mas que já apresenta alguns conflitos de interesses relacionados ao uso da terra. Pretendeu-se então, conhecer suas características, importância local/regional e os principais conflitos dos diferentes atores sociais sobre a implantação dessa Unidade de Conservação.

Para tanto, foram necessárias as seguintes etapas metodológicas: levantamento de referencial teórico e de dados sobre a APA do Pouso Alto, trabalhos de campo à região e, durante estes, entrevistas aos diferentes atores sociais locais, tais como: Secretários de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo municipais, lideranças locais e moradores, e por fim tabulações e análises dos resultados.

Área de Proteção Ambiental do Pouso Alto (GO)

A APA do Pouso Alto foi criada pelo Decreto nº 5.419, de 7 de maio de 2001, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento sustentável e preservar as características geoambientais e a biodiversidade local no nordeste de Goiás. A APA de Pouso Alto é constituída por 872 mil hectares e abrange seis municípios do nordeste goiano: Alto Paraíso de Goiás, Cavalcante, Teresina de Goiás, Colinas do Sul, São João d'Aliança e Nova Roma e dista cerca de 250 quilômetros de Brasília.

Segundo Meição (2006), a proposta de criação da APA do Pouso Alto é de autoria da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Goiás (SEMARH), financiada pelo Fundo Mundial para a Natureza (WWF) e executada pelo Grupo Nativa com o apoio da ONG OCA Brasil.

Em outubro de 2000, foi realizada no município de Cavalcante, uma consulta pública com moradores da região na qual foi discutida a implantação da APA a partir dos eventuais problemas e benefícios que ela traria para a região. Esta consulta pública contou com aproximadamente cento e cinquenta pessoas de todos os seis municípios envolvidos. Por meio dessa consulta pública o Poder Público é obrigado a fornecer informações adequadas e inteligíveis à população local e a outras partes interessadas. Contudo, alguns moradores dos municípios que fazem parte da APA não consideram que o grupo tenha sido representativo (MEIÇÃO, 2005).

No dia 07 de maio de 2001, foi assinado pelo Governador do estado de Goiás o Decreto nº 5.419 que criou a APA do Pouso Alto. A área legal da APA abrange o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, a Reserva da Biosfera da Chapada dos Veadeiros, parte da terra indígena dos Avá Canoeiros e oito Reservas particulares do Patrimônio Natural (RPPN's): Cara Preta, Vita parque, Mata Funda, Vale dos Sonhos, Fazenda Campo Alegre, Terra do Segredo, Escarpas do Paraíso e Fazenda Branca Terra dos Anões. A figura 01 mostra a localização da APA do Pouso Alto em Goiás e o Parque Nacional e as RPPN's dentro de seu limite.

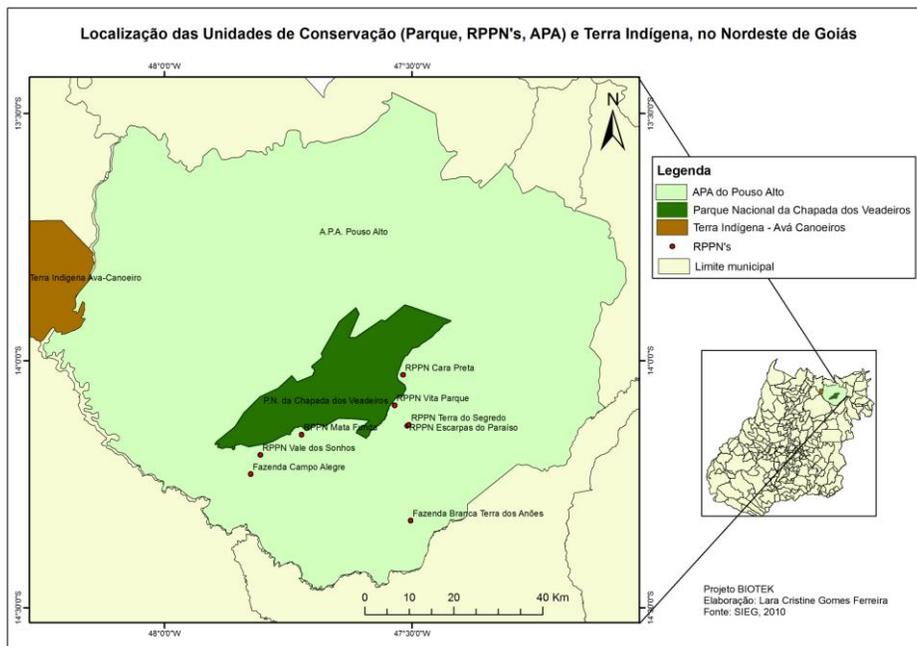


Figura 01: Localização da APA do Pouso Alto, Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros e as RPPN's - GO.

É importante resgatar que o Código Florestal de 1965 (Lei n.º 4.771/65) constituiu o primeiro ordenamento legal diretamente destinado à conservação do meio ambiente. No ano de 1979 conceitos relacionados às áreas protegidas começaram a ser mais bem definidos através da publicação do regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (Decreto n.º 84.017 de 1979), que estabeleceu a obrigatoriedade da elaboração do plano de manejo para essas Unidades.

No ano 2000, com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, houve a atualização e redefinição da terminologia Unidade de Conservação (UC), que passou a ser compreendida como “o espaço territorial e seus componentes, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (SNUC, 2000).

As Áreas de Proteção Ambiental – APAs – são Unidades de Conservação inseridas no Grupo de Uso Sustentável, segundo o SNUC. As Unidades de Uso Sustentável têm como objetivo principal compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais e o seu uso pode estar relacionado a visitação, pesquisas, que envolvem coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.

Está relacionada com a conservação ambiental, ou seja, o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral. Geralmente, essas áreas são extensas, com ocupação humana, de atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para as populações humanas (OLIVEIRA, 2002; MMA, 2011).

As RPPN's, existentes dentro da área da APA do Pouso Alto, também fazem parte do grupo das Unidades de Conservação de Uso Sustentável, apresentando em lei as mesmas características citadas para a APA. Há algumas diferenças, como: o domínio da APA pode ser público ou privado, já as RPPN's são somente privadas, e consta no SNUC que os órgãos que o integram sempre que possível prestarão orientação técnica e científica ao proprietário da RPPN para elaboração de um plano de manejo ou de gestão da unidade.

Diferente da APA e das RPPN's, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros faz parte do Grupo de Uso Integral no SNUC, ou seja, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais. Está relacionado com a preservação dos recursos naturais, a um conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem a proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais. O seu domínio é público e o seu uso está condicionado ao plano de manejo, às normas do órgão administrador e ao regulamento, bem como as pesquisas estão condicionadas à prévia autorização (IDEM).

Como já mencionado a APA do Pouso Alto foi criada no ano de 2001, mas somente no ano de 2005 foi assinado o contrato envolvendo o IBAMA, a AGMA, e as empresas TSN (Transmissora Sudeste Nordeste) e Bourscheid, com o objeto de elaborar o Plano de Manejo da APA e implementar o conselho gestor da mesma, viabilizados por recursos de compensação ambiental (BARBOSA, 2008).

Segundo o SNUC, denomina-se Plano de Manejo o documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de

Conservação, presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

A contratação da empresa Bourscheid para a confecção do plano de manejo da APA do Pouso Alto gerou grande insatisfação e desconfiança por parte da população da região, pois esta empresa é do estado do Rio Grande do Sul e mesmo esta tendo contratado técnicos de Brasília, que se diziam conhecedores da região, houve muita polêmica em relação a habilidade e conhecimento da realidade local, pois não foram envolvidas pessoas/moradores da região para reforçar a equipe técnica, o que seria o ideal.

Outra grande polêmica envolvendo a confecção do plano de manejo da APA foi o Governo de Goiás ter pago a empresa Bourscheid com o dinheiro da compensação ambiental paga pela empresa TSN. Esta compensação é devido a instalação de torres de captação de energia elétrica captada pela subestação da Serra da Mesa (MEIÇO, 2006).

É importante ressaltar que, de acordo com o SNUC, o plano de manejo de uma unidade de conservação deve ser elaborado no prazo de cinco anos contados da sua data de criação, ou seja, o plano de manejo da APA do Pouso Alto deveria ter ficado pronto e estar sendo executado desde o ano de 2005, contudo até hoje, em 2011, o plano de manejo não está finalizado.

Usos e conflitos verificados na Apa do Pouso Alto – GO

Os principais usos encontrados na área da APA do Pouso Alto são: pastagem, agricultura e extração de minérios. A figura 2 ilustra o uso do solo na APA com a delimitação dos municípios que a constitui. Observa-se com esta figura que a porção da APA com maior uso está localizada no município de Alto paraíso de Goiás, apresentando inclusive uma área relevante em agricultura, o que não ocorre de maneira expressiva em nenhum outro município.

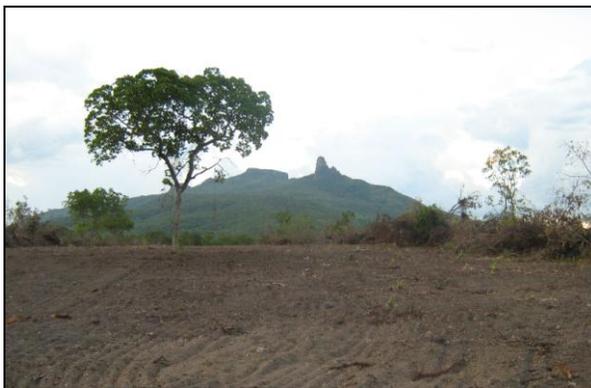


Figura 03: Preparo da terra para o plantio do arroz na comunidade Vão do Moleque em Cavalcante.

Fonte: Arquivo da Prefeitura de Cavalcante – GO (2009).



Figura 04: Plantio de arroz na comunidade Vão do Moleque em Cavalcante.

Fonte: Arquivo da Prefeitura de Cavalcante – GO (2009).

Os conflitos relacionados à implantação da APA do Pouso Alto tiveram maiores desdobramentos a partir do ano de 2005, quando o governo do estado de Goiás iniciou os debates para elaboração do seu plano de manejo. No ano de 2007, um grupo de 18 fazendeiros vindos do Distrito Federal, Paraná, Goiás, Santa Catarina e Rio de Janeiro, entraram na justiça com uma ação popular solicitando a anulação dos Decretos Estaduais 5.419 de 07/05/2001 e 5.500 de 15/10/2001, que instituíram a APA e seu conselho gestor, respectivamente.

Segundo dados da Conservação Internacional (2010), a argumentação utilizada pelos fazendeiros é a de que a APA causou uma “desapropriação indireta” aos proprietários reclamantes, embora esse tipo de Unidade de Conservação tenha exatamente como função principal promover o ordenamento territorial sem a desapropriação de terras, além de estimular atividades de caráter sustentável.

A liminar expedida paralisou a elaboração do Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) da região, que orientaria o Plano de Manejo da APA, ferramenta indispensável para impulsionar o desenvolvimento sustentável da área. “Com isso, freia-se também a possibilidade da população ser beneficiada”, destaca Álvaro de Angelis, Diretor de Meio Ambiente da ONG Oca Brasil e anteriormente Secretário Executivo da Reserva da Biosfera do Cerrado (IDEM).

Esses conflitos de interesses contribuem para a paralização de zoneamentos e planos de manejo que são essenciais para o desenvolvimento sustentável da região. Convém exemplificar, com a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, que bem antes de se pensar em implementar uma Área de Proteção Ambiental na região, a área do Parque foi sendo reduzida ao longo do tempo. Esta Unidade de Conservação era originalmente o Parque Nacional do Tocantins, criado no governo de Juscelino Kubitschek, e possuía uma área de 625 mil hectares.

No início da década de 1970 sua área foi reduzida para 172 mil hectares e passou a se chamar Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Ressalta-se então, que em 2002 a área do Parque chegou a menos de 10% de sua área original. Assim, o principal argumento para a redução da área do Parque Nacional naquela época, foi a mesma utilizada pelos fazendeiros em 2007 para extinguir a APA do Pouso Alto: prejuízos econômicos e estagnação do crescimento.

A partir da ação popular promovida pelos fazendeiros iniciou-se um debate muito grande sobre os verdadeiros interesses dos diversos atores sociais envolvidos com a implementação da APA do Pouso Alto. O Jornal O ECO (2011), divulgou entrevistas com diferentes lideranças locais em 2007, época em que aconteceram estes debates sobre a implantação efetiva da APA, a fim de mostrar a heterogeneidade das opiniões sobre a APA do Pouso Alto. De acordo com estas entrevistas, a promotora do Ministério Público Estadual em Alto Paraíso, Maris Amado, questiona a posição dos produtores rurais e afirma que a ação deles é juridicamente inconsistente. “As pessoas estão acostumadas a sofrerem limitações legais de várias naturezas, mas quando se fala em questões ambientais, há resistência. Eles não querem que dêem pitaco na propriedade deles”.

Um ex-prefeito de Alto Paraiso disse acreditar que a APA trará vantagens à região, desde que o plano de manejo deixe bem claro que haverá espaço para “as belezas naturais” e para os pastos e lavouras. Já o presidente do Sindicato Rural deste mesmo município acusa o governo estadual de impor um plano de manejo “na marra” à região depois de cinco anos da edição do Decreto que criou a APA Pouso Alto. Reclama ainda do fato de uma consultoria do Rio Grande do Sul ter sido contratada para fazer os estudos de zoneamento ecológico-econômico, ou seja, esta desconheceria totalmente a realidade local.

O diretor de Unidades de Conservação da Agência Ambiental de Goiás na época, hoje Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH - Paulo D’Ávila, afirmou que o governo do estado possuía cerca de 250 mil reais, frutos de uma compensação ambiental, para investir na confecção do plano de manejo da APA. Ele mostrou nesta entrevista, todas as datas e listas de presenças das reuniões nos municípios que estão na área protegida para garantir que o processo estava sendo feito com participação popular. Em sua opinião, a ação dos produtores é um “capricho, antes de qualquer coisa”. Aos fazendeiros, disse, não interessa discutir o ordenamento territorial da APA “muitos querem especular com suas terras”, apontou.

A confecção e implementação do plano de manejo é fundamental para se conhecer as diferentes zonas dentro da área com suas respectivas vocações, no caso de uma APA, por exemplo: zona de proteção, zona de conservação, zona de visitação, zona de uso, entre outras. Exemplo disso foi o plano de manejo da APA do Ribeirão João Leite, criada quando das obras da barragem do Ribeirão João Leite. Neste plano de manejo foi realizado o zoneamento da área por meio de mapas temáticos do meio físico e mapa de vulnerabilidade. Foram criados também programas dentro do plano de manejo responsáveis pela educação ambiental, pesquisa, monitoramento ambiental, proteção e manejo e alternativas de desenvolvimento.

A partir desse exemplo, pode-se inferir que o plano de manejo de uma unidade de conservação faz-se fundamental para o ordenamento e preservação da área, além de oferecer alternativas para seu uso sustentável.

Breve relato perceptivo sobre a implantação da APA do Pouso Alto: o caso de Colinas do Sul e Cavalcante

Diante dos trabalhos de campo realizados à região, subsidiados por entrevistas às lideranças locais e moradores, percebeu-se que quando se trata de ser ou não favorável a implantação da APA do Pouso Alto há uma divisão acirrada de opiniões que se manifestam quase que de forma homogênea, por

município. Os municípios que chamaram mais a atenção foram Colinas do Sul, situado na porção oeste da APA, e Cavalcante, situado na porção centro-norte da APA do Pouso Alto.

Em praticamente 100% das entrevistas, sejam elas realizadas com moradores, donos de estabelecimentos comerciais, vereadores e secretários da prefeitura municipal, o município de Colinas do Sul mostra-se contrário a implantação da APA do Pouso Alto, com a justificativa, sempre recorrente, da impossibilidade de uso agrícola e pecuário, o que segundo os entrevistados, configura-se num entrave ao crescimento econômico do município.

Esta percepção negativa em relação à APA do Pouso Alto em Colinas do Sul deve-se a uma proposta de Resolução (Processo nº 26321521) de 2005, ano do início da confecção do plano de manejo da APA, que proibia a supressão da cobertura vegetal de qualquer natureza na área da APA, até que o plano de manejo fosse finalizado. Essa medida ficou popularizada na região com o nome de “corte zero”, assim é muito comum nas entrevistas, as pessoas do município de Colinas do Sul referirem-se a APA como uma área em que não se pode produzir nada e ainda nem desmatar para a produção familiar.

Como esta proposta de Resolução que regulamentaria o “corte zero” em áreas da APA do Pouso Alto trouxe muitas discussões e polêmicas, no mesmo ano de 2005, foi aprovado a Resolução nº 051/2005 que suspendia a licença desmatamento e exploração em propriedades acima de trinta hectares, localizadas dentro dos limites da APA do Pouso Alto.

Desta forma, propriedades que já possuíam áreas plantadas ou em pastagem poderiam continuar com este uso, mas estava suspensa a retirada da cobertura vegetal em novas áreas acima de trinta hectares e isso até a finalização do plano de manejo, que seria utilizado como subsídio para entender as reais demandas da região e o percentual de áreas dentro da APA, e quais áreas, poderiam sofrer novos desmates ou exploração. O grande problema é que até o atual momento o plano de manejo da APA do Pouso Alto encontra-se em confecção e sem previsão para sua conclusão.

Essa situação gera uma sensação de descredibilidade em relação a importância da APA no que se refere à proteção dos recursos naturais e da biodiversidade, e o que os moradores pensam ser as reais demandas dos municípios pertencentes à APA do Pouso Alto. Isso se deve, sobretudo, à falta de diálogo entre o poder público, envolvido com a criação da APA, e os moradores da região, o que os fazem tirar conclusões, na maioria das vezes, negativa sobre a APA.

No município de Cavalcante, as opiniões em relação a APA do Pouso Alto são divididas, contudo há uma tendência dos entrevistados em observar

mais o lado positivo, o que não acontece em Colinas do Sul. Isso está relacionado a este município ter em sua área parte do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, o que traz vários turistas para este município, além das comunidades Quilombolas Kalunga, localizadas no município, também trazerem muitos turistas, que curiosos para conhecerem como estas comunidades vivem nos dias atuais, ainda podem desfrutar de vários atrativos turísticos localizados nestas comunidades, como cachoeiras, mirantes, serras, etc.

Essa divergência de opiniões observada no município de Cavalcante se dá devido ao município não contar apenas com a “vocação” agropecuária, claro que a insatisfa o em rela o ao “corte zero” também se faz presente entre os fazendeiros. Entretanto, como Cavalcante também apresenta vários atrativos naturais, as lideranças municipais e os moradores veem nisso uma alternativa para o crescimento econômico local. É comum neste município a presença de hotéis, pousadas, comércios alimentícios e de artesanato e um Centro de Atendimento ao Turista – CAT – bem organizado, com funcionários para atender os turistas, folders e fotos dos atrativos turísticos do município, bem como uma lista de guias turísticos locais para conduzirem os turistas aos atrativos.

Percebeu-se também no município de Colinas do Sul a vontade, por parte de algumas lideranças, de desenvolver o turismo no município, pois este também apresenta alguns atrativos turísticos, como por exemplo, parte do lago da Serra da Mesa que está localizado neste. Contudo, a falta de políticas públicas e incentivos ao turismo, a infraestrutura local e logística, configura-se num grande entrave ao desenvolvimento turístico no município. Pode-se citar inclusive que em Colinas do Sul há um CAT construído, mas sem funcionários e equipamentos este se encontra fechado. Outro grande problema é a falta de pavimento asfáltico nas rodovias que ligam Colinas do Sul aos municípios limítrofes, que segundo os entrevistados, contribui para o desânimo dos turistas em rela o ao município, pois estes preferem ir para Cavalcante e Alto Paraíso pela facilidade e conforto em rela o ao deslocamento.

A partir dessa breve observa o entre estes dois municípios que constituem a APA do Pouso Alto, p de-se observar duas visões distintas de uma mesma problemática: de um lado o município de Colinas do Sul, que a enxerga como um grande entrave ao crescimento econômico do município, inclusive apresentando grandes dificuldades em pensar e/ou propor alternativas de atividades econ micas e, conseqüentemente, de renda para o município, que não seja a agropecuária. O panorama que se tem quando se entrevista os diferentes atores do município é que se instalou uma estagna o econ mica em Colinas do Sul devido a implementa o da APA do Pouso Alto.

Já o município de Cavalcante, mesmo apresentando essa preocupação em relação ao que eles chamam de “corte zero”, não enxerga a APA como um entrave econômico, mas como algo que se pode retirar grandes benefícios, também do ponto de vista econômico. Podem-se citar como alternativas de atividades econômicas já implantadas em Cavalcante: o cadastro feito, pelo CAT local, dos guias turísticos; a prática de alugueis de carros com tração, como jipes e caminhonetes; além de uma rede de pousadas e um comércio em desenvolvimento. É importante destacar a presença de Instituições como o SEBRAE, neste município, no oferecimento de cursos e capacitações nesta área do empreendedorismo.

Considerações finais

A APA do Pouso Alto está inserida na categoria de Unidade de Uso Sustentável, pelo SNUC, e se faz muito importante do ponto de vista da preservação das riquezas da biodiversidade do Cerrado. O mais interessante é que mesmo sendo a região, em que a APA está localizada, a mais preservada em suas fitofisionomias do Cerrado goiano, a criação e consequente, implementação da APA do Pouso Alto esteve vinculada a conflitos de interesses de diversos atores, o que atrasou a finalização do seu plano de manejo, instrumento legal necessário para a concretização dos objetivos da APA, bem como de sua fiscalização.

A conclusão do Plano de Manejo da APA do Pouso Alto representará um ordenamento no uso de sua área, indicando as ações a ser desenvolvidas, o que proporcionará a compatibilização dos usos que atendam a necessidade do desenvolvimento econômico da região aliado ao compromisso da preservação da natureza.

O conflito maior em relação a efetiva implementação da APA do Pouso Alto está relacionada, sobretudo, aos interesses dos fazendeiros da região. Entende-se que o grande receio destes esteja na crença de que a APA possa causar desapropriações, como aconteceu com a criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Contudo, é importante destacar que o Parque Nacional e a APA estão em categorias distintas dentro do SNUC; o primeiro faz parte das Unidades de Uso Integral, ou seja, é uma área para conservação da natureza, não prevendo nenhum tipo de uso, além de visitas em localidades previstas no plano de manejo; já a APA, como mencionado, está incluída na categoria de Uso Sustentável, ou seja, a partir do plano de manejo serão verificadas as áreas e seus respectivos percentuais que poderão apresentar uso.

Diante dessa problemática, que se estende pela falta de diálogo entre o poder público e os moradores e lideranças que vivem nos municípios que

participam da área da APA do Pouso Alto, gera-se medo, descredibilidade e a construção de um olhar negativo em relação a APA.

Isso foi verificado muito fortemente durante os trabalhos de campo realizados e dois municípios chamaram a atenção: Colinas do Sul e Cavalcante. O primeiro se mostra muito desfavorável à implantação da APA, culpando-na de uma possível estagnação econômica do município. O município de Cavalcante concorda com a ideia de que a APA pode atrapalhar os interesses de parcela da população, sobretudo, agricultores e pecuaristas, contudo reconhecem a importância da APA e entendem que há uma série de alternativas que podem ser colocadas em prática e beneficiarem a economia do município, principalmente se considerarem o potencial para o ecoturismo que uma Área de Proteção Ambiental traz para o local.

Essa breve discussão sobre os conflitos relacionados a implantação da APA do Pouso Alto, no nordeste de Goiás, tem o intuito de mostrar, sobretudo, a importância do diálogo entre os diversos atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a APA na busca de minimizar os conflitos da implantação de uma área tão importante para a conservação das riquezas naturais da região.

A falta de diálogo entre os atores só vem “travar” a busca de união entre dois pontos fundamentais: desenvolvimento local e a preservação da biodiversidade, e isso se configura em um dos principais objetivos da APA, já que esta permite um percentual de uso. O que acontece é que cada um busca o êxito de seus próprios interesses sem procurar um ponto comum, a fim de dar continuidade na preservação de uma das áreas com maior biodiversidade do Cerrado no país.

Referências

- BARBOSA, A. G. **As Estratégias de Conservação da Biodiversidade na Chapada dos Veadeiros: Conflitos e Oportunidades**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2008.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. Disponível em www.conservation.org.br. Acesso em 27 de julho de 2010.
- JORNAL O ECO, G. O Cerrado em Jogo. Disponível em www.oeco.com.br. Acesso em 15 de março de 2011.
- MEIÇO, C. A. **Diagnóstico Socioeconômico da APA do Pouso Alto: Chapada dos Veadeiros - Goiás**. Brasília, 2005.

MEIÇO, C. A. Caracterização dos Atores Presentes no Contexto de Implementação da APA do Pouso Alto – GO: Descrição de seus Valores e do Capital Social. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em www.mma.org.br. Acesso em maio de 2011.

OLIVEIRA, S. de F. Unidades de Conservação (UCs): Contexto Histórico e a Realidade do Estado de Goiás. In: **ALMEIDA, M. G.de (org.) Abordagens Geográficas de Goiás: O Natural e o Social da Contemporaneidade.** Goiânia: IESA, 2002.

SEMARH. Política para tratamento de empreendimentos rodoviários e implementação de unidades de conservação próximas a terras indígenas e de populações tradicionais no Estado de Goiás. 2007

SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Lara Cristine Gomes Ferreira

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Goiás, Doutoranda em Geografia pela Universidade de Brasília e Geógrafa do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais – LABOTER / UFG.
Campus Samambaia – Caixa Postal 131, CEP 74.001-970 – Goiânia-GO
E-mail: laracristineufg@yahoo.com.br

Maria GERALDA de Almeida

Doutora em Geografia pela Université de Bordeaux III, pós doutorado em Geografia Humana pela Universidad de Barcelona, em Geografia Cultural pela Université Laval, Università Degli Studi Di Genova e Université de Paris IV Paris-Sorbonne.
Professora da Universidade Federal de Goiás.
E-mail: mgdealmeida@gmail.com

Recebido para publicação em janeiro de 2013
Aprovado para publicação em novembro de 2013